



COC-195/78

Contrato de Concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, e a Prefeitura Municipal de MALLET, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado, o Município de MALLET, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  226/74 de 20.12.74 e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Eng  CLAUDIO H OLIVEIRA ARAUJO, por seu Diretor Financeiro Econ. ALCEU HELLVIG, assistida pelo Bel. ALLAN STRADIOTTO, para firmar o presente Contrato de Concessão, nas condi es expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23.01.63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários de MALLET, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contrato são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete a CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execu o dos convênios celebrados para fins do item a, entre o Município e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA: É delegada   CONCESSIONÁRIA, competência para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expans o dos serviços e assegurem o equilíbrio económico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Conv nio firmado entre o Governo do Estado do Paran  e o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constitui o Federal. QUARTA:   vedado  



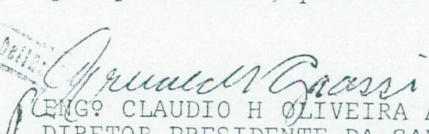
CONCESSIONÁRIA proceder isenção de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros s  poderão ser aprovados pela CONCE-
DENTE, desde que, em seu traçado, seja prevista a execução de redes
coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previa -
mente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de
tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o
loteamento. SEXTA: Caberá   CONCEDEnte, recompor a pavimentação das
ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação
e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplica-
  o e carência dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO ÚNICO :
A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe
facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários
diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal decreta-
ré a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimen-
to de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA ,
seus melhoramentos, extensões e ampliações nos termos da Legislação
vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o
 nus da indenização ficará a cargo da CONCEDEnte, mediante acordo -
com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIO-
N RIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedi -
dos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer
servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma
da lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção
de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de con-
formidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo
sistema de abastecimento de água, estimado em 14.918,000 UPC, valor
do UPC no 4  trimestre/78, de CR\$ 303,29 (trezentos e três cruzei -
ros e vinte e nove centavos), correspondendo a CR\$ 4.524.480,22 -
(quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e
oitenta cruzeiros e vinte e dois centavos), a CONCEDEnte participa-
r  com uma contribuição de 25% (vinte e cinco por cento). PARÁGRAFO
PRIMEIRO: A participação da CONCEDEnte que se trata esta cláusula -
estimada em 3.729,500 UPC, ou seja, CR\$ 1.131.120,05 (um milhão, cen-
to e trinta e um mil, cento e vinte cruzeiros e cinco centavos), se-
r  realizada em dinheiro em 36 (trinta e seis) prestações mensais ,
iguais e consecutivas de 103,597 UPC, correspondendo a CR\$
31.419,93 (trinta e um mil, quatrocentos e dezenove cruzeiros e no-
venta e três centavos), cada uma, vencível a primeira a partir do
início das obras. PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCEDEnte participar  ainda



com igual percentagem nas futuras construções, melhoramentos, exten  es ou ampliações dos sistemas da cidade de acordo com cronograma físico-financeiro das obras. PARÁGRAFO TERCEIRO: A participação futura de que trata o parágrafo segundo, será em dinheiro e/ou bens e direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as participações serão transformadas em ações preferenciais no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO QUARTO: No caso de bens e direitos aludidos no parágrafo terceiro, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma do Decreto Lei n  6404 de 15 de dezembro de 1976, (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA PRIMEIRA: Se no decorrer da Concessão houver interesse das partes na execução das obras de remoção de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um percentual a ser definido, mediante assinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasião da assinatura do presente contrato, o Poder Executivo outorgará procuração   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 3  da Lei de Concessão. DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção de esgotos sanitários - motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndios, comoções públicas, guerras etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos visando o aprimoramento e a programac o das obras de instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de a  o. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de a  o em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto as tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesanais, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somente se r o aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir



condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município. VIGÉSIMA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este contrato terá vigência a partir da sua assinatura, condicionado o início de operação a 30 (trinta), dias após a conclusão das obras. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, será considerada sucessora da CONCEDENTE. VIGÉSIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


ENG  CLAUDIO H OLIVEIRA ARAUJO
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

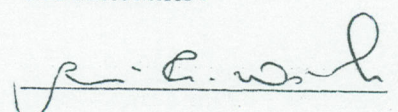
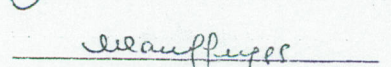

ECON ALCEU HELLVIG
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

Curitiba, 23/11/78


SR JAROSLAU ZANKO
PREFEITO MUNICIPAL DE MALLET


BEL ALLAN STRADIOTTO
ASSESSOR JURÍDICO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:

Assentado e lido Claudio H. Oliveira
ARAUJO, JAROSLAU ZANKO, ALCEU
HELLVIG e ALLAN STRADIOTTO

Curitiba, 29 de novembro de 1978

Em test. da verdade